

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

2º Quadrimestre de 2025

Análise de Conformidade



SUMÁRIO

Apresentação	3
1. Análise do desempenho fiscal	4
1.1 Execução Orçamentária	4
1.2 Receitas	5
1.3 Despesas.....	12
1.4 Receitas X Despesas	16
1.5 Restos a Pagar	19
1.6 Resultado Primário.....	21
1.7 Resultado Nominal.....	23
2. Limites constitucionais.....	25
2.1 Receita Corrente Líquida	25
2.2 Despesas com Pessoal	27
2.3 Evolução da Dívida e Limites	29
2.4 Operações de Crédito	30
2.5 Análise do Artigo 167-A da CF	31
2.6 Análise dos Duodécimos.....	32
2.7 Aplicação dos Recursos em Saúde.....	33
2.8 Aplicação dos Recursos em Ensino	34
2.9 Aplicação dos Recursos no FUNDEB	36
2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP	37
2.11 Relatório de Alertas TCESP.....	40
2.11.1 Alertas EMDHAP e IPPLAP	40
2.11.2 Alertas da Prefeitura de Piracicaba	40
2.12 Fiscalizações Ordenadas TCESP	43
2.12.1 – Fiscalização Ordenada: Praias e Rios.....	43
2.12.2 – Fiscalização Ordenada nos Teatros e Ginásios Esportivos	43
3. Resumo dos principais indicadores	47
4. Resumo dos Principais Pontos de Atenção e Recomendações	49
Considerações Finais.....	51

Apresentação

Considerando que o Sistema de Controle Interno do Município tem por finalidade a realização de atividades de fiscalização e de orientação destinadas à correta aplicação dos recursos públicos, e que por meio de seu Órgão Central, deve emitir relatórios para ciência do Chefe do Poder Executivo, apresentando os resultados da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do município, em cumprimento à legislação pertinente, apresentamos o presente Relatório de Controle Interno – RCI, referente ao 2º quadrimestre de 2025, em consonância com o Plano Operativo Anual, de modo a oferecer melhores condições para a tomada de decisão da alta administração a fim de que os objetivos estratégicos do município sejam alcançados.

Com o fito de avaliar a execução orçamentária da Administração Direta e Indireta de Piracicaba, o Relatório traz um resumo das receitas e despesas aferidas, o resultado primário e nominal, bem como o acompanhamento de limites constitucionais pertinentes, como Despesa com Pessoal, aplicação dos recursos próprios em Saúde e Educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Fundeb), entre outros, após o fechamento contábil realizado em setembro de 2025.

Este Relatório traz ainda um acompanhamento da regularidade fiscal e cumprimento das obrigações do sistema AUDESP e os principais apontamentos dos Relatórios de Alerta realizados pelo Tribunal de Contas à Prefeitura no 2º Quadrimestre de 2025.

1. Análise do desempenho fiscal

Para elaboração das análises do presente relatório foram utilizadas informações extraídas dos balancetes conta contábil e conta corrente dos arquivos XMLs gerados pelo sistema de contabilidade do município.

Os dados apurados para elaboração dos demonstrativos podem sofrer alterações em face de eventuais ajustes contábeis; nessa hipótese, tais modificações serão consignadas no próximo RCI.

1.1 Execução Orçamentária

O resumo do balanço orçamentário do município está apresentado na tabela 01, na qual demonstram-se a previsão inicial, e as receitas realizadas e despesas liquidadas apuradas no segundo quadrimestre de 2025.

Tabela 01 - Balanço Orçamentário Resumido

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial Anual 2025	Receitas Realizadas até Agosto/2025	% Receita Realizada
1 - Receitas Correntes	3.078.712.000,00	2.149.795.275,13	69,83%
2 - Receitas de Capital	183.205.000,00	72.170.709,17	39,39%
7 - Receitas Intra Orçamentárias	99.894.000,00	63.889.787,27	63,96%
Total das Receitas Orçamentárias (I)	3.361.811.000,00	2.285.855.771,57	67,99%
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial Anual 2025	Despesas Liquidadas até Agosto/2025	% Despesa Executada
3 - Despesas Correntes	2.914.589.200,00	1.710.950.448,49	58,70%
4 - Despesas de Capital	281.917.300,00	120.271.683,41	42,66%
9 - Reserva de Contingência	59.810.000,00	0,00	0,00%
7 - Despesas Intra Orçamentárias	105.494.500,00	60.337.617,27	57,20%
Total das Despesas Orçamentárias (II)	3.361.811.000,00	1.891.559.749,17	56,27%
Resultado da Execução Orçamentária	Déficit / Superávit (III) = (I)-(II)		394.296.022,40

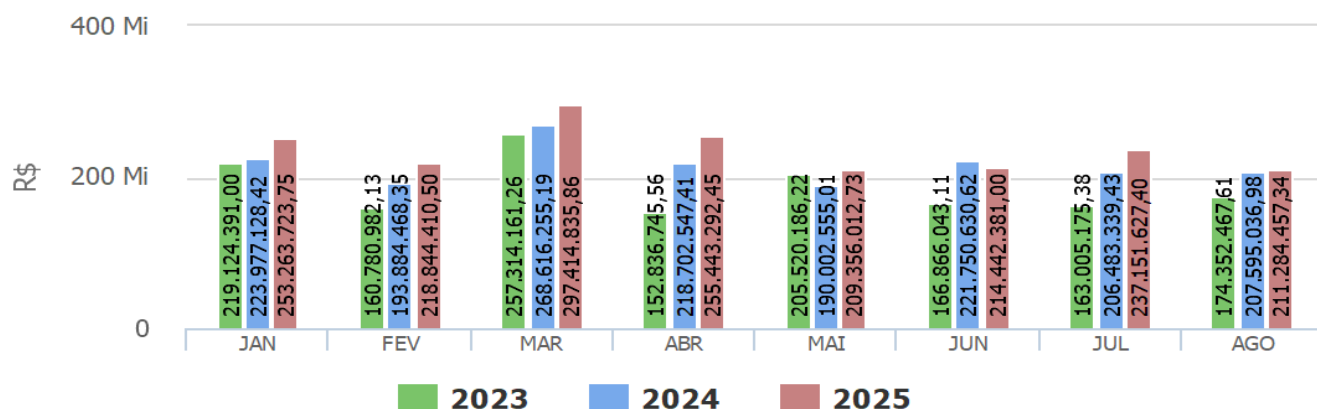
Fonte: DimRel

No período apurado, considerando os **dados consolidados do município**, ocorreu um **superávit** orçamentário de **R\$ 394.296.022,40**.

A seguir, apresentamos dados detalhados das principais receitas e despesas da Prefeitura neste 2º quadrimestre de 2025.

1.2 Receitas

O gráfico a seguir, demonstra a evolução mensal das Receitas Arrecadadas pela Prefeitura (Administração Direta + Fundos) nos últimos 3 exercícios:



A Receita realizada pela Prefeitura (Administração Direta + Fundos) até o mês de agosto de 2025, totalizou o montante de **R\$ 1.897.200.741,03** configurando um crescimento de **9,60%** em comparação com a arrecadação do mesmo período do ano anterior.

A Tabela 02 apresenta a evolução das principais receitas realizadas no segundo quadrimestre de 2025 em comparação com o arrecadado no segundo quadrimestre do ano anterior e a receita prevista para o período, demonstrando a variação em termos monetários e percentuais.

Tabela 02 – Principais Receitas da Prefeitura

Principais Receitas	Arrecadado até Agosto/2024 (a)	Previsto até Agosto/2025 (b)	Arrecadado até Agosto/2025 (c)	Crescimento/ Queda			
				Previsto x Arrecadado em 2025 (c-b)	%	Arrecadado 2024/2025 (c-a)	%
IPTU	139.218.133,16	147.771.000,00	146.089.344,07	-1.681.655,93	-1,14%	6.871.210,91	4,94%
ISS	252.215.395,85	277.437.000,00	259.602.292,20	-17.834.707,80	-6,43%	7.386.896,35	2,93%
FUNDEB	180.131.275,59	191.754.000,00	188.920.920,89	-2.833.079,11	-1,48%	8.789.645,30	4,88%
FPM*	75.150.198,92	80.457.000,00	81.462.105,65	1.005.105,65	1,25%	6.311.906,73	8,40%
ICMS*	354.598.586,39	392.924.000,00	400.123.525,52	7.199.525,52	1,83%	45.524.939,13	12,84%
IPVA*	124.638.573,31	132.532.000,00	134.192.845,03	1.660.845,03	1,25%	9.554.271,72	7,67%
ITBI	49.734.733,94	51.211.000,00	51.813.912,74	602.912,74	1,18%	2.079.178,80	4,18%
IRRF - Outros Rendimentos	53.382.992,51	46.807.000,00	57.085.542,62	10.278.542,62	21,96%	3.702.550,11	6,94%
IRRF - Trabalho	43.117.163,28	45.125.000,00	38.927.441,25	-6.197.558,75	-13,73%	-4.189.722,03	-9,72%
Demais Receitas Correntes	417.983.961,40	424.229.766,24	471.812.101,89	47.582.335,65	11,22%	53.828.140,49	12,88%
Receita De Capital	40.840.947,06	91.923.328,00	67.170.709,17	-24.752.618,83	-26,93%	26.329.762,11	64,47%
Total das Receitas	R\$ 1.731.011.961,41	R\$ 1.882.171.094,24	R\$ 1.897.200.741,03	R\$ 15.029.646,79	0,80%	R\$ 166.188.779,62	9,60%

*Valores apresentados já com dedução para formação do FUNDEB

As **Receitas Arrecadadas** no segundo quadrimestre de 2025 tiveram um aumento de 9,60% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que totaliza o montante de **R\$ 166.188.779,62**. Já em comparação com as Receitas Previstas para o período, as receitas ficaram levemente acima do esperado em 0,80%, que representa o valor de R\$ 15.029.646,79.

Das **Receitas Correntes** elencadas, pode-se observar que houve aumento em relação ao primeiro quadrimestre de 2024, exceto pela receita de “IRRF – Trabalho” que teve queda de 9,72% (R\$ - 4.189.722,03). Entre as receitas que tiveram maior aumento em termos percentuais, destacam-se o ICMS; FPM e IPVA – que tiveram alta de 12,84%; 8,40% e 7,67%, respectivamente. Já em termos monetários, destacam-se ICMS, IPVA e FUNDEB, que tiveram variação positiva em R\$ 45,5 milhões, R\$ 9,55 milhões e 8,79 milhões, respectivamente.

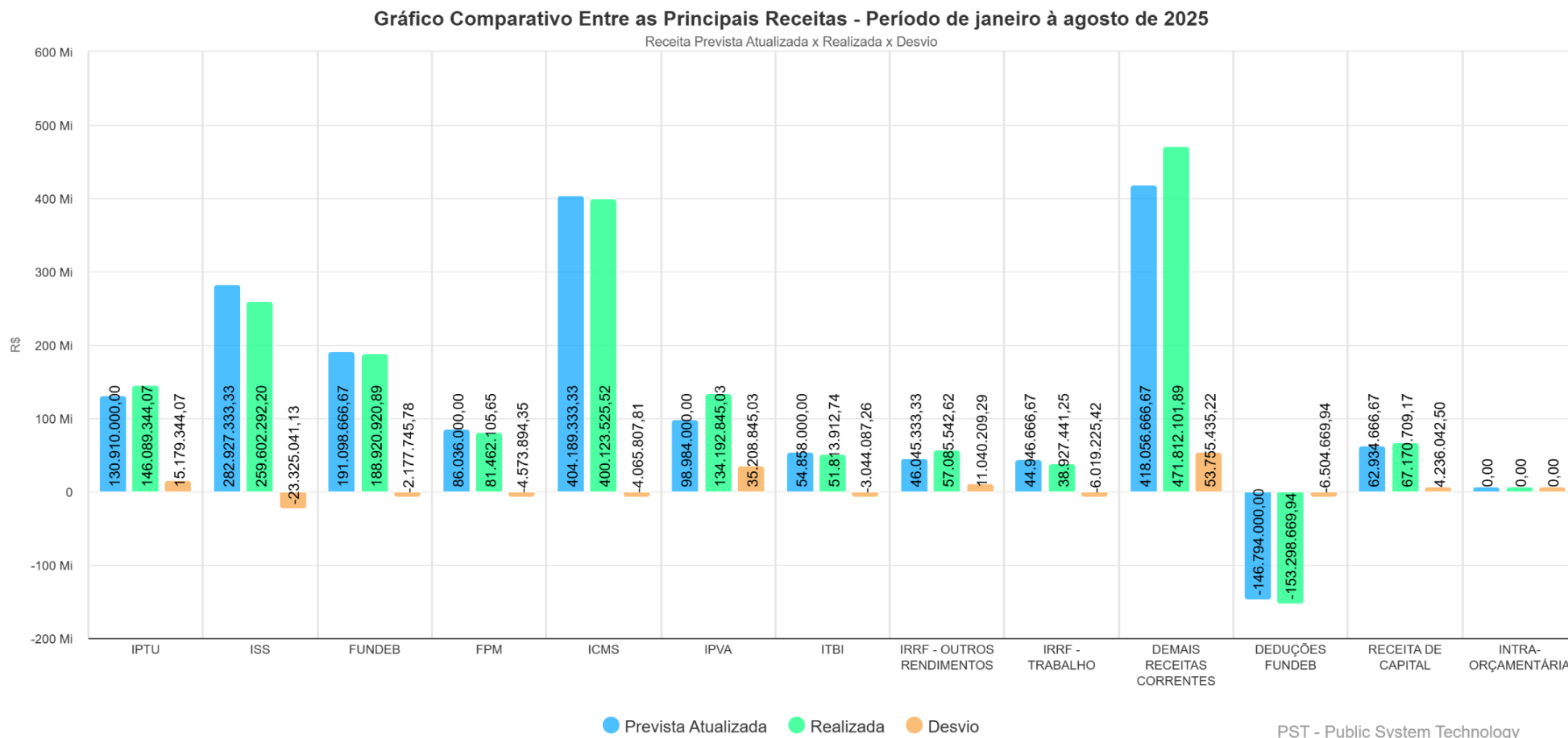
Em relação as **receitas correntes previstas** para o período, os destaques positivos são “IRRF- Outros Rendimentos”; ICMS e ITBI que superaram as expectativas em R\$ 10.278.542,62 (21,96%); R\$ 7.199.525,52 (1,83%) e R\$ 1.660.845,03 (1,25%), respectivamente. Entre as receitas que ficaram abaixo do previsto, destacam-se ISS, “IRRF-Trabalho” e FUNDEB, representando quedas de R\$-17.834.707,8 (-6,43%); R\$ - 6.197.558,75 (-13,73%) e R\$ -2.833.079,11 (-1,48%), respectivamente.

Quanto ao Fundeb, além do recebimento abaixo do esperado nas Transferências, o município também recebeu menos do que o previsto quanto a Complementação VAAR - dos R\$ 9 milhões previstos para o ano, apenas R\$ 1,089 milhão se concretizou. O município deve se atentar ao enquadramento nas condicionalidades para recebimento do VAAR (Valor Aluno Ano Resultado – recursos ligados ao resultado e a qualidade do ensino público).

Quanto as **Receitas de Capital**, houve um ingresso de **R\$ 67.170.709,17** representando uma alta de **64,47%** em comparação com o exercício anterior. Tal aumento deve-se principalmente às Operações de Crédito considerando os desembolsos decorrentes do andamento de licitações vinculadas às operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal – FINISA – e à Agência de Fomento do Governo do Estado de São Paulo – Desenvolve SP.

Em que pese houve aumento das **Receitas de Capital** quando comparado ao segundo quadrimestre do ano anterior, verificou-se que ao final do 2º quadrimestre de 2025 tais receitas ficaram abaixo do projetado para o período, reflexo da redução da utilização dos recursos provenientes das operações de créditos contratadas pelo município.

O gráfico abaixo apresenta o confronto entre as principais receitas previstas de janeiro a agosto de 2025 (coluna azul) e as receitas realizadas até o respectivo período (coluna verde). A coluna laranja representa o desvio, positivo ou negativo, em relação à previsão inicial para o período:



Obs: No Relatório apresentado no 1º Quadrimestre de 2025 a coluna azul representava a previsão das principais receitas para o ano, ao passo que nesse Relatório representam as principais receitas previstas proporcionalmente ao período de Janeiro a Agosto de 2025. Tal metodologia foi alterada para melhor detalhamento e acompanhamento das receitas arrecadadas frente ao seu planejamento inicial.

1.2.1 Receita de Dívida Ativa

Quanto ao registro contábil da Dívida Ativa no exercício de 2025, não foram identificadas discrepâncias nos recebimentos, uma vez que a conta de controle (8.3.2.4.00.00) registrou **R\$ 31.698.530,01** frente aos **R\$ 31.698.530,01** do efetivo recebimento da Dívida Ativa.

O comportamento da Dívida Ativa até o momento está relatado no quadro abaixo:

Dívida Ativa	2025
1 - Saldo Inicial da Dívida Ativa	R\$ 2.973.375.121,36
2 - (-) Saldo Inicial da Provisão para Perdas	R\$ 58.916.639,66
3 - (-) Recebimentos	R\$ 31.698.530,01
4 - (%) Percentual Recebimento Apurado (AV 3/1*100)	1,07%
5 - (-) Cancelamentos	R\$ 0,00
6 - (%) Percentual Cancelamento Apurado (AV 5/1*100)	0,00%
7 - (+) Inscrição / Atualização	R\$ 101.273.544,80
8 - (-) Ajustes da Provisão para Perdas	R\$ 0,00
9 - (=) Saldo da Dívida Ativa	R\$ 2.984.033.496,49
10 - (%) Percentual Redução/Aumento Apurado ((9-(1-2))/(1-2)*100)	2,39%
11 - (+/-) Diferenças a Ajustar	R\$ -8.200.000,00
12 - (=) Saldo da Dívida Ativa Ajustado	R\$ 2.975.833.496,49
13 - (%) Perc. Redução/Aumento Apurado Após o Ajuste ((12-(1-2))/(1-2)*100)	2,11%

A dívida ativa se comportou desfavoravelmente no segundo quadrimestre de 2025 com uma queda de arrecadação no valor de **R\$ -2.645.125,64** comparada com o mesmo período do exercício anterior, passando de R\$ 34,3 milhões em 2024 para R\$ 31,7 milhões em 2025.

A receita arrecadada também ficou abaixo do previsto até o mês de junho, totalizando uma queda de **R\$ -4.324.803,32**. Entretanto, a arrecadação nos meses de julho e agosto de 2025 superou ao previsto para os respectivos meses, bem como superou ao arrecadado em julho e agosto de 2024.

Em suma, apurou-se que os recebimentos até o momento representam **1,07%** do estoque da dívida e não houve cancelamentos no período apurado.

O comportamento da arrecadação das receitas de dívida ativa ao longo dos meses pode ser acompanhado na Tabela a seguir:

Tabela 03 – Receita de Dívida Ativa

Mês	Arrec. 2024 (a)	Prev / Atual 2025 (b)	Arrec 2025 (c)	2024 x 2025 (d=c-a)	% (e=d/a)	Prev.Atual/Ar rec. (f=c-b)	% (g=c/b)
Jan	4.626.475,64	4.502.916,67	3.593.821,04	-1.032.654,60	-22,32%	-909.095,63	79,81%
Fev	4.933.652,65	4.502.916,67	4.034.779,61	-898.873,04	-18,22%	-468.137,06	89,60%
Mar	4.592.801,25	4.502.916,67	3.448.145,61	-1.144.655,64	-24,92%	-1.054.771,06	76,58%
Abr	4.601.568,86	4.502.916,67	3.791.001,20	-810.567,66	-17,62%	-711.915,47	84,19%
Mai	4.151.437,45	4.502.916,67	3.489.626,92	-661.810,53	-15,94%	-1.013.289,75	77,50%
Jun	3.508.958,84	4.502.916,67	3.569.216,34	60.257,50	1,72%	-933.700,33	79,26%
Jul	4.012.177,65	4.502.916,67	4.530.083,46	517.905,81	12,91%	27.166,79	100,60%
Ago	3.916.583,31	4.502.916,67	5.241.855,83	1.325.272,52	33,84%	738.939,16	116,41%
Total	34.343.655,65	36.023.333,33	31.698.530,01	-2.645.125,64	-7,70%	-4.324.803,32	87,99%

Os gráficos a seguir demonstram, respectivamente: (a) comparação entre a Receita Arrecadada de Dívida Ativa dos últimos dois exercícios e (b) Receita Prevista x Receita Arrecadada para 2025.



Conforme apurado nos relatórios anteriores, a Prefeitura modificou a estrutura administrativa da Secretaria de Finanças, transferindo as unidades relacionadas à Dívida Ativa Municipal para a Procuradoria de Execuções Fiscais – pertencente a Procuradoria Geral do Município, por meio da Lei Complementar nº 456, de 19 de junho de 2024 com o fito de aperfeiçoar a cobrança dos débitos de natureza tributária e não tributária do Município. A lei instituiu a criação de uma Divisão de Recuperação Fiscal, composta por um Setor de Cobrança Administrativa e Extrajudicial e um Setor de Atendimento ao Público.

RECOMENDAÇÃO:

Considerando a arrecadação de Receita de Dívida Ativa até agosto/2025, nota-se que houve uma queda no valor arrecadado em relação ao mesmo período do exercício anterior. Não obstante, também é possível notar que a arrecadação até o encerramento do quadrimestre em análise foi inferior ao previsto para o respectivo período, sendo que o percentual de recebimento até o momento representa 1,07% da dívida acumulada, que corrobora com os constantes apontamentos dos Relatórios de Contas Anuais do TCESP a respeito de *“Possível falta de planejamento e medidas efetivas de cobrança da Dívida Ativa Municipal”*.

Contudo, observa-se um aumento dos valores arrecadados nos meses de julho e agosto do exercício corrente, que pode denotar reflexo das mudanças administrativas instituídas em 2024 alinhadas à medidas efetivas na cobrança da dívida.

Desse modo, permanece a importante recomendação para que os setores responsáveis continuem monitorando os valores arrecadados a fim de avaliar o reflexo das medidas implementadas em 2024, bem como avaliar considere outras alternativas para gerar aumento no percentual de recebimento.

1.3 Despesas

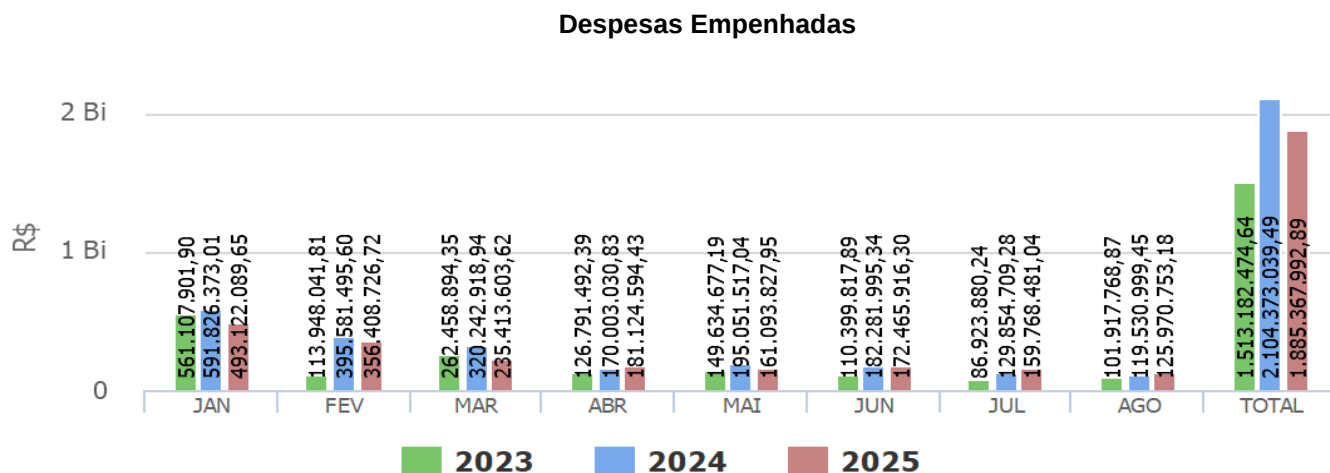
As despesas orçamentárias da Prefeitura (Administração Direta + Fundos) estão demonstradas na tabela 04, que apresenta a dotação atualizada para o exercício e as despesas empenhadas e liquidadas até agosto de 2025.

Tabela 04 – Despesas por Categoria Econômica

DESPESAS	Dotação Atualizada Anual para 2025	Despesa Empenhada até Agosto de 2025	Despesa Liquidada até Agosto 2025	% Despesa Liquidada Executada
Despesas Correntes	2.362.404.555,62	1.679.574.694,86	1.315.042.084,90	55,67%
Pessoal e Encargos Sociais	930.857.907,98	559.823.071,78	557.432.720,40	59,88%
Juros e Encargos da Dívida	23.561.000,00	21.360.500,00	18.721.351,13	79,46%
Outras Despesas Correntes	1.407.985.647,64	1.098.391.123,08	738.888.013,37	52,48%
Despesas de Capital	214.544.700,46	143.861.151,04	114.770.601,31	53,49%
Investimentos	200.644.600,46	133.512.649,88	107.990.806,87	53,82%
Amortização / Refinanciamento da Dívida	13.900.100,00	10.348.501,16	6.779.794,44	48,78%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	-	-	-
Despesas Intra Orçamentárias	88.796.301,42	61.932.146,99	48.386.459,21	54,49%
TOTAL DAS DESPESAS	2.666.745.557,50	1.885.367.992,89	1.478.199.145,42	55,43%

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

Conforme demonstrado na Tabela 04 acima, as **Despesas Empenhadas** até agosto de 2025 totalizaram **R\$ 1.885.367.992,89**. Esse valor representa uma redução de **10,41%** quando comparado ao mesmo período de 2024, e um aumento de **24,60%** em relação ao mesmo período de 2023, como é possível observar no gráfico a seguir:



Com relação as **Despesas Liquidadas**, as *Despesas Correntes* somaram o valor de **R\$ 1.315.042.084,90** conforme já demonstrado na tabela 04, sendo que os grupos mais representativos dessa categoria foram “**Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**” e “**Outras Despesas Correntes**”, que contemplam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, prestação de serviços em geral, convênios, subvenções sociais, subvenções econômicas, locação de mão de obra, contrato de parceria público-privada, entre outros.

Já as *Despesas de Capital* representaram um montante de **R\$ 114.770.601,31** no período, sendo atribuídos à **Investimentos (R\$ 107,9 milhões)** e **Amortizações e Refinanciamento da Dívida (R\$ 6,78 milhões)**.

Analisando sob o ponto de vista da classificação funcional, considerando as despesas liquidadas, é possível avaliar que a maior parte da aplicação se concentra nas funções **Saúde e Educação**, que juntas representam cerca de **59,12%** das despesas liquidadas da Prefeitura, somando **R\$ 873.967.432,28**. O detalhamento pode ser observado na tabela a seguir:

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADA	% (Liq)
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	2.279.700,00	926.868,67	283.547,51	0,019%
092 - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	2.279.700,00	926.868,67	283.547,51	0,019%
04 - ADMINISTRAÇÃO	193.871.708,66	121.562.065,36	93.001.392,86	6,292%
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	151.000,00	-	-	0,000%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	144.485.147,55	94.754.537,30	76.333.318,10	5,164%
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	11.482.000,00	7.769.706,86	3.225.919,28	0,218%
124 - CONTROLE INTERNO	1.770.000,00	183.462,60	107.019,82	0,007%
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	15.601.761,11	14.379.624,10	11.903.487,94	0,805%
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.428.000,00	2.644.132,40	700.279,68	0,047%
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.759.000,00	400.000,00	-	0,000%
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	482.000,00	361.802,40	152.401,56	0,010%
130 - ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	2.000,00	-	-	0,000%
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	12.710.800,00	1.068.799,70	578.966,48	0,039%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	55.505.000,00	36.130.809,65	33.730.516,54	2,282%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	238.700,00	182.903,30	95.885,23	0,006%
181 - POLICIAMENTO	53.240.300,00	34.385.269,10	32.842.946,60	2,222%
182 - DEFESA CIVIL	1.591.000,00	1.166.397,38	561.465,57	0,038%
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	435.000,00	396.239,87	230.219,14	0,016%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	79.079.667,20	58.703.572,04	43.863.432,36	2,967%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.717.500,00	10.418.216,42	9.606.210,97	0,650%
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	1.803.000,00	1.571.116,91	1.146.883,48	0,078%
242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10.000,00	-	-	0,000%
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOSLESCENTE	4.106.000,00	2.195.747,34	1.313.241,64	0,089%
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	55.443.167,20	44.518.491,37	31.797.096,27	2,151%

09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	39.252.000,00	25.569.966,46	24.276.504,70	1,642%
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	39.000.000,00	25.394.980,57	24.101.518,83	1,630%
274 - PREVIDÊNCIA ESPECIAL	252.000,00	174.985,89	174.985,87	0,012%
10 - SAÚDE	871.670.347,98	609.533.911,18	502.307.290,99	33,981%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	148.223.518,98	114.830.626,37	78.525.784,20	5,312%
301 - ATENÇÃO BÁSICA	184.278.026,43	108.950.505,98	92.134.477,89	6,233%
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	501.813.407,06	368.942.452,66	317.784.588,21	21,498%
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	13.182.815,38	1.838.577,21	937.347,81	0,063%
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	19.174.123,72	12.413.049,94	12.106.073,06	0,819%
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	4.998.456,41	2.558.699,02	819.019,82	0,055%
11 - TRABALHO	18.736.853,67	12.343.756,45	8.099.203,42	0,548%
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	16.114.500,00	10.952.582,51	6.808.336,78	0,461%
332 - RELAÇÃO DE TRABALHO	341.353,67	6.170,81	4.163,40	0,000%
334 - FOMENTO AO TRABALHO	2.281.000,00	1.385.003,13	1.286.703,24	0,087%
12 - EDUCAÇÃO	689.907.287,37	454.237.790,51	371.660.141,29	25,143%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	19.955.000,00	11.764.000,92	11.164.465,35	0,755%
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.107.000,00	752.614,55	721.216,33	0,049%
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	49.146.709,69	40.010.408,48	24.918.978,69	1,686%
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	232.058.577,68	156.584.412,76	120.544.348,21	8,155%
362 - ENSINO MÉDIO	5.700.000,00	4.816.256,62	4.790.588,00	0,324%
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	381.940.000,00	240.310.097,18	209.520.544,71	14,174%
13 - CULTURA	14.370.918,75	6.266.346,65	3.831.313,77	0,259%
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	2.106.769,75	386.295,30	260.267,98	0,018%
392 - DIFUSÃO CULTURAL	12.264.149,00	5.880.051,35	3.571.045,79	0,242%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	907.000,00	82.909,05	75.745,05	0,005%
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	907.000,00	82.909,05	75.745,05	0,005%
15 - URBANISMO	304.881.944,14	223.040.998,97	162.702.773,87	11,007%
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	66.534.167,92	46.487.590,87	32.957.268,34	2,230%
452 - SERVIÇOS URBANOS	199.352.776,22	145.356.684,30	110.688.744,89	7,488%
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	38.995.000,00	31.196.723,80	19.056.760,64	1,289%
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	0,000%
16 - HABITAÇÃO	8.130.456,24	4.276.048,76	2.250.318,44	0,152%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	663.956,24	324.018,67	155.204,32	0,010%
482 - HABITAÇÃO URBANA	7.466.500,00	3.952.030,09	2.095.114,12	0,142%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	220.076.296,27	210.184.728,65	130.792.504,45	8,848%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.030.140,00	4.600.204,43	3.775.247,39	0,255%
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	55.240.048,25	52.128.123,41	29.367.009,12	1,987%
542 - CONTROLE AMBIENTAL	156.650.086,80	152.964.309,53	97.210.718,86	6,576%
544 - RECURSOS HÍDRICOS	619.068,22	132.473,37	79.911,17	0,005%
813 - LAZER	536.953,00	359.617,91	359.617,91	0,024%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	502.000,00	500.000,00	315.729,86	0,021%
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	502.000,00	500.000,00	315.729,86	0,021%
20 - AGRICULTURA	19.476.193,18	9.894.877,08	8.944.288,49	0,605%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.192.000,00	3.949.199,92	3.900.486,64	0,264%

605 - ABASTECIMENTO	3.206.143,80	2.117.536,92	1.938.621,00	0,131%
606 - EXTENSÃO RURAL	10.078.049,38	3.828.140,24	3.105.180,85	0,210%
22 - INDÚSTRIA	228.000,00	7.191,50	-	0,000%
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	228.000,00	7.191,50	-	0,000%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.865.400,00	2.839.285,21	1.985.684,69	0,134%
695 - TURISMO	5.865.400,00	2.839.285,21	1.985.684,69	0,134%
26 - TRANSPORTE	428.000,00	249.767,63	134.313,91	0,009%
781 - TRANSPORTE AÉREO	428.000,00	249.767,63	134.313,91	0,009%
27 - DESPORTO E LAZER	18.516.784,04	10.830.220,25	7.778.716,59	0,526%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.742.821,01	6.154.882,44	5.611.518,91	0,380%
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	4.210.290,53	2.435.183,68	1.573.854,43	0,106%
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	4.000,00	-	-	0,000%
813 - LAZER	3.559.672,50	2.240.154,13	593.343,25	0,040%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	122.060.000,00	98.186.878,82	82.165.726,63	5,559%
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	122.060.000,00	98.186.878,82	82.165.726,63	5,559%
99 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.000.000,00	-	-	0,000%
999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA GERAL	1.000.000,00	-	-	0,000%
Total Geral	2.666.745.557,50	1.885.367.992,89	1.478.199.145,42	100%

Fonte: DimRel

*As porcentagens apresentadas aqui, são relacionadas às despesas por função em relação à despesa total, e não devem ser confundidas com os índices utilizados para cálculo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Além das despesas com Saúde e Educação, as funções com despesas mais representativas da Prefeitura são Urbanismo (11,01%) e Gestão Ambiental (8,85%), cujos principais custos são:

- **451- Infraestrutura Urbana:** Modernização da Iluminação Pública; locação de tratores e caminhões; serviços de desobstrução, correção e saída e limpeza de margens do Rio Piracicaba (dentro da área urbana do município); limpeza e manutenção de vias públicas, guias e sarjetas.
- **452- Serviços Urbanos:** Obras de pavimentação/ recapeamento asfáltico; manutenção e conservação de vias (tapa buraco); sistema de vídeo monitoramento; serviços de engenharia de trânsito (sinalização).
- **453 – Transportes Coletivos Urbanos:** subvenção econômica para subsídio do sistema público do transporte coletivo do município.
- **542 – Controle Ambiental:** serviços de Limpeza Pública (manejo de resíduos sólidos); serviços de varrição; serviços de coleta de resíduos de serviços da saúde.
- **541 – Preservação e Conservação Ambiental** – serviços de conservação e manutenção de áreas verdes; e serviços de limpeza e poda de árvores.

1.4 Receitas X Despesas

O quadro abaixo demonstra o resultado orçamentário decorrente do confronto entre as despesas empenhadas/liquidadas/pagas e a receita arrecadada da Prefeitura (Adm. Direta + Fundos):

Resultado Orçamentário	Valores Expressos em R\$	%	Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.897.200.741,03		
Despesa Empenhada	R\$ 1.885.367.992,89		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 11.832.748,14	0,62	
Despesa Liquidada	R\$ 1.478.199.145,42		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 419.001.595,61	22,09	
Despesa Paga	R\$ 1.455.547.036,21		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 441.653.704,82	23,28	

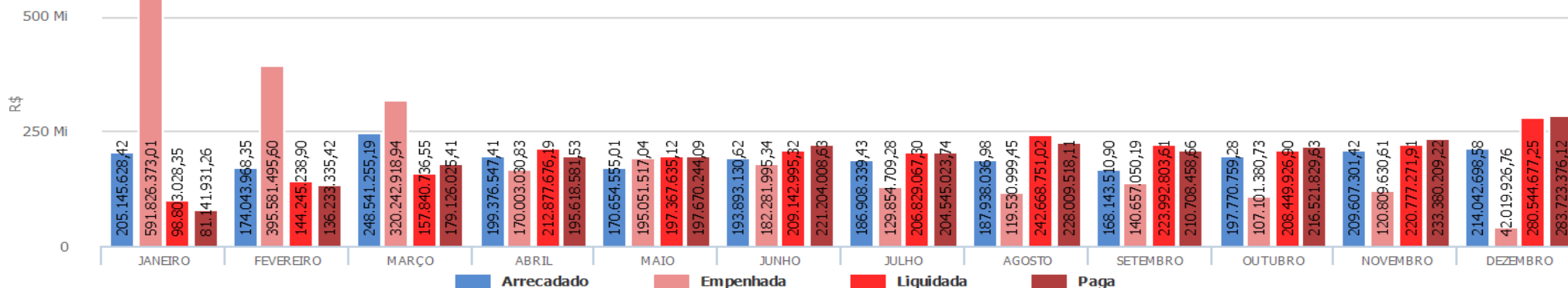
No que concerne ao confronto entre as **Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas**, o primeiro quadrimestre apresentou resultado deficitário, uma vez que a maior parte dos empenhos se concentravam no início do exercício ao passo que a arrecadação das receitas se deu ao longo dos meses, equilibrando-se no decorrer do ano. Neste segundo quadrimestre, o resultado já se mostra superavitário em 0,62%.

Já em um confronto isolado entre Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas (R\$ 1.897.200.741,03 x R\$ 1.478.199.145,42), tem-se um cenário **superavitário** de **R\$ 419.001.595,61** (o que representa uma variação de 22,09%), conforme demonstrado no quadro acima.

...

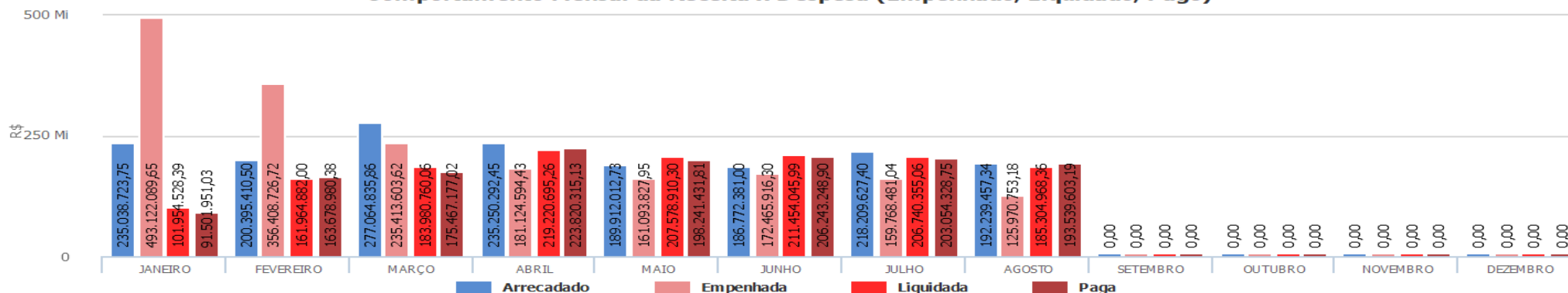
O gráfico a seguir demonstra o comportamento mensal do empenho, liquidação e pagamento, frente a receita arrecadada ao longo do exercício de 2024:

Comportamento Mensal da Receita x Despesa (Empenhado, Liquidado, Pago)



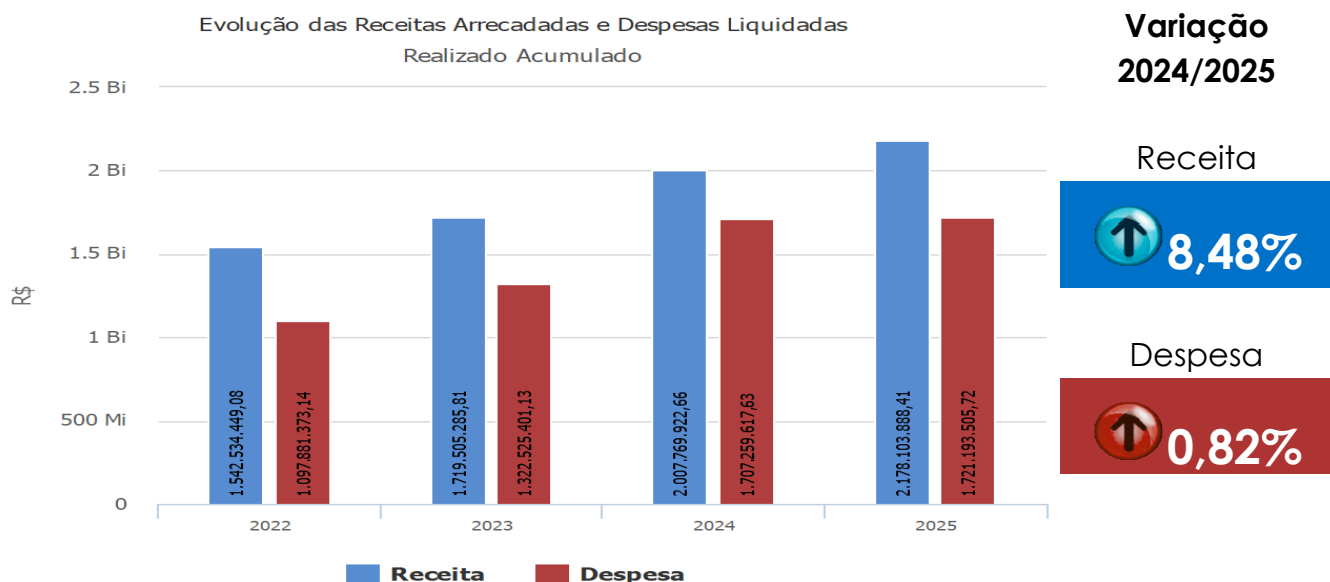
Comparativamente, temos a evolução no exercício de 2025:

Comportamento Mensal da Receita x Despesa (Empenhado, Liquidado, Pago)



*Valores apresentados de Receita Arrecadada exceto repasses intra orçamentários.

Considerando os dados consolidados do Município, o gráfico a seguir demonstra a evolução das receitas arrecadadas e despesas liquidadas até o segundo quadrimestre dos últimos quatro exercícios.



*Dados consolidados (exceto RPPS)

...

1.5 Restos a Pagar

Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro, sendo classificadas como:

- **Restos a Pagar Processados (RPP)** - No momento da inscrição a despesa estava empenhada e liquidada (porém não paga)
- **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)** - No momento da inscrição a despesa estava empenhada e não estava liquidada

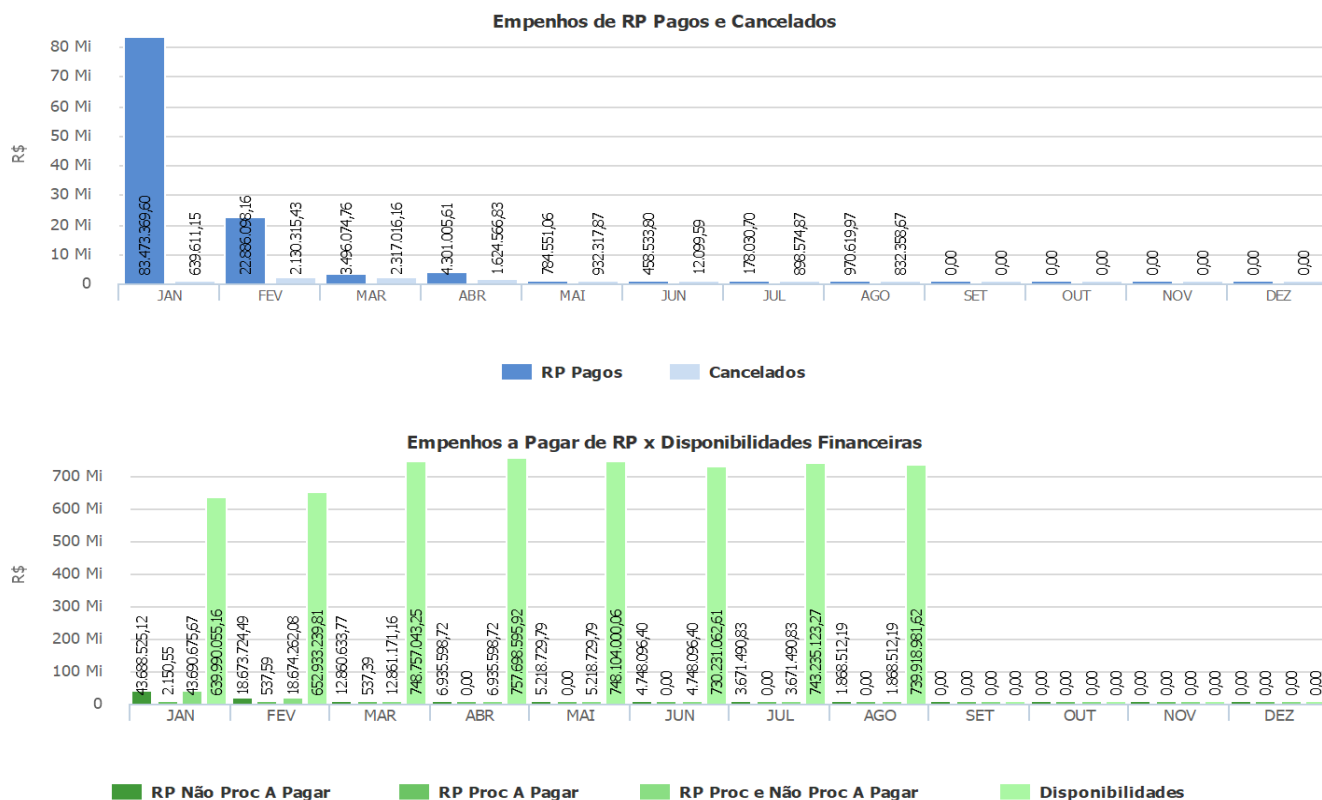
O saldo dos Restos a Pagar da Prefeitura apurados ao final do exercício de 2024 totalizaram em **R\$ 127.803.656,42**, sendo **R\$ 15.763.266,60** de restos processados e **R\$ 112.040.389,82** de não processados.

No atual exercício, foram pagos **R\$ 116.548.283,66 (R\$ 15.747.295,65 RPP + R\$ 100.800.988,01 RPNP)** do montante, além de **R\$ 9.370.889,62** que foram cancelados de Restos a Pagar Não Processados e **R\$ 15.970,95** de Restos a Pagar Processados

Não houve novas inscrições neste período, totalizando o saldo em **R\$ 1.868.512,19**. Cabe informar que a entidade registrou disponibilidade financeira de **R\$ 739.918.981,62**.

Resto a Pagar	Saldo Período Anterior	Pagamentos	Cancelamentos	Inscrições	Saldo para o Período Seguinte	% Amortizado no Período
Processados	R\$ 15.763.266,60	R\$ 15.747.295,65	R\$ 15.970,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%
Não Processados	R\$ 112.040.389,82	R\$ 100.800.988,01	R\$ 9.370.889,62	R\$ 0,00	R\$ 1.868.512,19	98,33%
Total Geral	R\$ 127.803.656,42	R\$ 116.548.283,66	R\$ 9.386.860,57	R\$ 0,00	R\$ 1.868.512,19	98,54%

O detalhamento quanto aos restos a pagar pagos e cancelados mensalmente podem ser avaliados nos gráficos a seguir:



RECOMENDAÇÃO:

É importante ressaltar que conforme orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, a inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

...

1.6 Resultado Primário

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com sua arrecadação. O Resultado Primário é calculado com base nos dados consolidados do município, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 05 – Resultado Primário

RECEITAS FISCAIS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas Realizadas
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	3.237.515.000,00	3.237.515.000,00	2.218.413.077,40
Receita Tributária	982.549.000,00	982.549.000,00	651.424.675,77
Receita de Contribuição	30.270.000,00	30.270.000,00	21.054.696,12
Receita Previdenciária	30.270.000,00	30.270.000,00	21.054.696,12
Receita Patrimonial Líquida	5.158.000,00	5.158.000,00	978.774,44
Receita Patrimonial	66.546.000,00	66.546.000,00	87.489.099,93
(-) Aplicações Financeiras	61.388.000,00	61.388.000,00	86.510.325,49
Transferências Correntes	1.758.910.000,00	1.758.910.000,00	1.239.962.498,43
Demais Receitas Correntes	460.628.000,00	460.628.000,00	304.992.432,64
Diversas Receitas Correntes	460.628.000,00	460.628.000,00	304.992.432,64
RECEITAS DE CAPITAL (II)	183.205.000,00	183.205.000,00	72.171.414,01
Operações de Crédito (III)	180.934.000,00	180.934.000,00	69.240.888,69
Amortização de Empréstimos (IV)	1.920.000,00	1.920.000,00	1.577.524,76
Alienação de Ativos (V)	18.000,00	18.000,00	39.373,70
Outras Alienações de Bens	18.000,00	18.000,00	39.373,70
Transferências de Capital (VI)	333.000,00	333.000,00	1.313.626,86
Convênios	31.000,00	31.000,00	193.691,78
Outras Transferências de Capital	302.000,00	302.000,00	1.119.935,08
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (II-III-IV-V-VI)	351.000,00	351.000,00	1.353.000,56
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	220.191.000,00	220.191.000,00	155.128.832,60
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (I+VII-VIII)	3.017.675.000,00	3.017.675.000,00	2.064.637.245,36
DESPESAS FISCAIS	Dotação Anual Inicial	Dotação Anual Atualizada	Despesas Líquidas até o Período
DESPESAS CORRENTES (X)	2.914.589.200,00	3.067.410.955,62	1.710.950.448,49
Pessoal e Encargos Sociais	1.260.166.800,00	1.307.402.907,98	788.201.672,79
Juros e Encargos da Dívida (XI)	22.162.000,00	24.662.000,00	19.285.530,28
Outras Despesas Correntes	1.632.260.400,00	1.735.346.047,64	903.463.245,42
DESP. FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	2.892.427.200,00	3.042.748.955,62	1.691.664.918,21
DESPESA DE CAPITAL (XIII)	281.917.300,00	335.059.300,46	120.271.683,41
Investimentos	260.965.200,00	317.707.200,46	111.503.304,67
Amortização da Dívida (XVI)	20.952.100,00	17.352.100,00	8.768.378,74
DESP. FISCAIS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI)	260.965.200,00	317.707.200,46	111.503.304,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	59.810.000,00	59.810.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX) = (XII+XVII+XVIII)	3.213.202.400,00	3.420.266.156,08	1.803.168.222,88
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-195.527.400,00	-402.591.156,08	261.469.022,48

O Resultado Primário do município apresentou um **superávit de R\$ 261.469.022,48** no período de janeiro a agosto de 2025.

O valor acompanha a tendência de superávit do Município nos últimos anos, ou seja, as receitas primárias superaram as despesas primárias demonstrando o equilíbrio das contas municipais.

Tabela 06 - Evolução do Resultado Primário dos exercícios anteriores

Ano	2021	2022	2023	2024	2025*
Resultado Primário	311.255.513,19	329.838.168,23	177.771.778,25	14.863.008,84	261.469.022,48

*período de janeiro a agosto.

...

1.7 Resultado Nominal

O Resultado Nominal compreende o resultado da variação da dívida fiscal líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos. A Dívida Consolidada representa o montante total das obrigações financeiras do município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito e outras operações de financiamento e refinanciamento, com prazo de amortização superior a 12 meses.

A tabela 07 apresenta o Demonstrativo do Resultado Nominal – Exceto órgão de previdência – no 2º Quadrimestre de 2025.

Tabela 07 – Resultado nominal

	Saldo em 12/2024	Saldo em 04/2025	Saldo em 08/2025
Dívida Consolidada (I) = (a+d)	186.593.654,97	241.824.088,37	242.965.145,10
Dívida Contratual (a) = (b+c)	183.417.027,61	238.476.159,60	242.799.871,28
Parcelamentos de Dívidas (b)	38.956.053,93	37.117.389,57	35.238.941,63
De Tributos	10.621.498,42	9.270.059,47	7.872.553,71
De Contribuições Sociais (Previdenciárias)	24.145.119,81	23.857.302,89	23.625.260,50
Do FGTS	4.189.435,70	3.990.027,21	3.741.127,42
Demais Dívidas Contratuais (c)	144.460.973,68	201.358.770,03	207.560.929,65
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos (d)	3.176.627,36	3.347.928,77	165.273,82
Deduções (II)	680.010.782,69	941.903.367,13	928.838.528,87
Ativo Disponível	714.713.101,47	919.994.209,05	908.513.629,55
Haveres Financeiros	39.360.520,78	55.756.427,74	53.911.594,89
(-) Restos a Pagar Processados	20.965.389,86	803.227,82	568.965,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.097.449,70	33.044.041,84	33.017.730,57
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-493.417.127,72	-700.079.278,76	-685.873.383,77
Receita de Privatizações (IV)	0	0	0
Passivos Reconhecidos (V)	38.956.053,93	37.117.389,57	35.238.941,63
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	-532.373.181,65	-737.196.668,33	-721.112.325,40
RESULTADO NOMINAL			Período de Referência
			01/2025 a 08/2025
			-188.739.143,75

Nota Explicativa: Quando a DCL é negativa significa que o município não acumula Dívida Consolidada Líquida.

Nota Explicativa: Dados consolidados exceto órgão de previdência e/ou fundo de previdência.

Com relação aos dados apresentados, a variação da Dívida Consolidada (I) no segundo quadrimestre de 2025 deu-se principalmente pelo aumento de Dívidas Contratuais, especialmente as operações de crédito firmadas pelo município, cujo desembolso se intensificou com o andamento das execuções contratuais. A Dívida Consolidada inclui ainda, parcelamentos de dívidas de Tributos, de

Contribuições Sociais (Previdenciárias) e do FGTS; e Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) considera o montante da dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Diante dos dados, observa-se que houve um aumento do “Ativo Disponível” e dos “Haveres Financeiros”, resultando em uma DCL negativa, o que significa dizer que as disponibilidades estão maiores que a dívida consolidada.

O comportamento do Resultado Nominal no 2º quadrimestre foi semelhante ao comportamento apresentado no 1º quadrimestre, como pode-se observar na Tabela 07. Nesse sentido, no acumulado de 2025, de janeiro a agosto, houve um aumento da Dívida Consolidada em cerca de 30,2%, ao passo que as disponibilidades variaram aproximadamente 36,6%, acarretando, matematicamente na diminuição da dívida fiscal líquida em R\$ 188.739.143,75, denotando regularidade do município.

...

2. Limites constitucionais

Na sequência deste relatório, apresenta-se a verificação do cumprimento dos limites constitucionais relativos a despesa com pessoal e a aplicação dos recursos em saúde e educação.

2.1 Receita Corrente Líquida

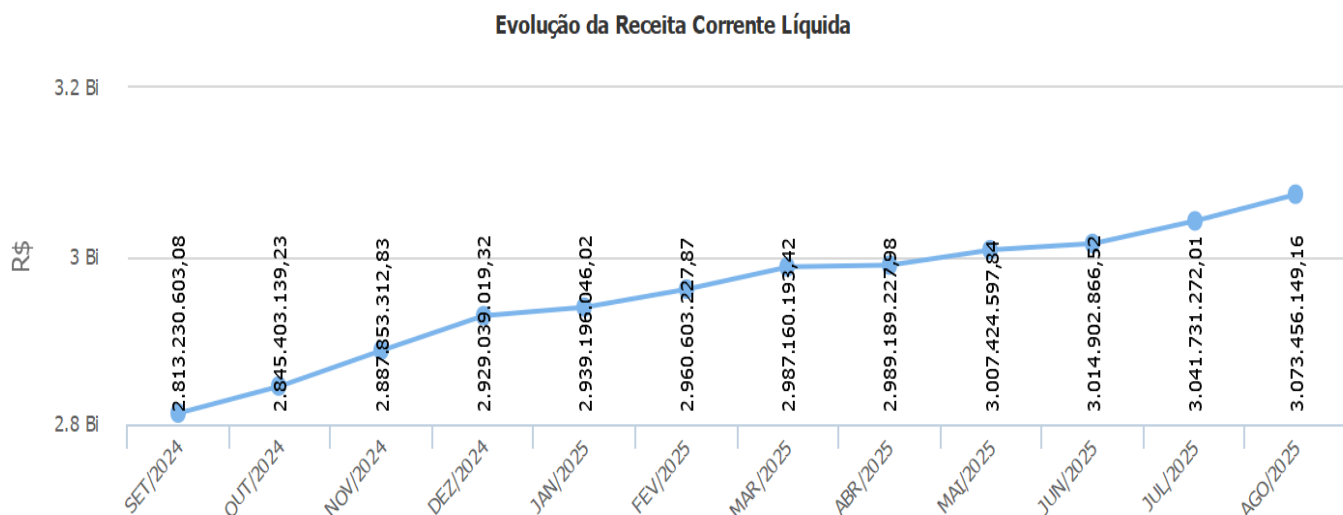
A Receita Corrente Líquida (RCL) é utilizada como parâmetro para diversos indicadores da gestão fiscal e limite de gastos para União, Estados e Municípios. Representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes; e são deduzidas a contribuição dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes de previdência e a retenção para formação do FUNDEB. O cálculo é apurado de maneira consolidada no município considerando os últimos doze meses. A Tabela 08 apresenta a RCL apurada no período analisado.

Tabela 08 - Evolução da Receita Corrente Líquida Realizada nos Últimos 12 meses

Especificação	Set/24 a Ago/25
Receitas Correntes (I)	3.370.991.921,42
Receitas Tributárias	942.593.808,70
Receita de Contribuição	33.297.243,50
Receita Patrimonial	141.021.947,52
Receita de Serviços	372.680.281,38
Transferências Correntes	1.791.420.201,53
Outras Receitas Correntes	89.978.438,79
Deduções (II)	297.535.772,26
Contribuição do Servidor a RPPS	33.297.243,50
Receitas de Compensação Previdenciária	22.197.668,79
Ganhos com Apl. Financeira do RPPS	25.305.829,84
Deduções de Receita para Formação do FUNDEB	216.735.030,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.073.456.149,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)	11.134.189,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.062.321.960,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §16º, da CF) (VI)	0
Vencimento dos Agentes Comunitários De Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Ec 120/2022)	10.792.648,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3.051.529.312,16

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

O gráfico a seguir demonstra a Evolução da RCL dos últimos 12 meses:



É válido ressaltar que a partir do 2º quadrimestre de 2024 houve uma mudança na apuração da Receita Corrente Líquida segundo a metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, uma vez que as Receitas para fins de “Vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Ec 120/2022)” passaram a ser deduzidas apenas na RCL utilizada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

...

2.2 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal nos últimos doze meses estão apresentadas na tabela 09. O limite constitucional representa uma porcentagem da Receita Corrente Líquida.

Tabela 09 – Despesas com pessoal nos últimos 12 meses

Despesas com Pessoal	Set/24 a Ago/25
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Ativo	751.269.680,78
Remuneração de Agentes Políticos	215.883,07
Encargos Sociais	178.375.342,38
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	230.745.773,96
Outras Despesas e Obrigações (variáveis, etc)	60.427.942,18
Compensações a Regimes de Previdência	15.933,07
Despesas de Exercícios Anteriores	11.305,34
Sentenças Judiciais	39.441.287,03
Restos a Pagar não Processados Liquidados	-1.966.257,57
Total de Despesas com Pessoal	1.258.536.890,24
Deduções	
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	39.452.592,37
Desp. com Inativos e Pensio. custeadas com recursos vinculados	27.121.058,39
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	10.792.648,00
Restos a Pagar não Processados Liquidados	-1.966.257,57
Total de Deduções	75.400.041,19
Total de Despesas com Pessoal Líquidas	1.183.136.849,05

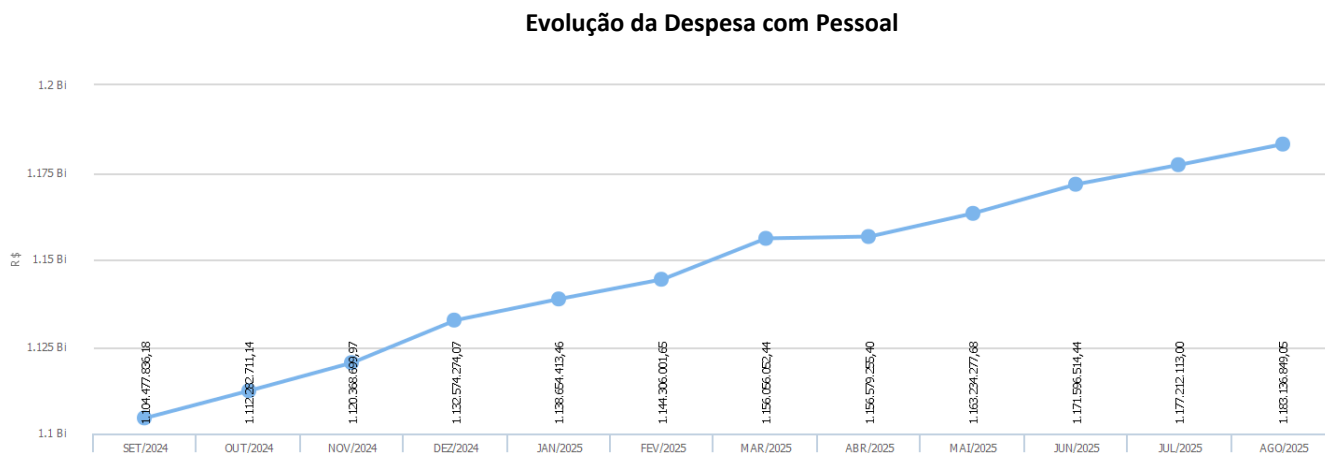
Percentual de Limite de Despesas com pessoal:

Receita Corrente Líquida *		3.051.529.312,16
Limite Máximo de Gasto (Art. 20 LRF)	1.647.825.828,57	54,00%
Limite Prudencial 95% (Art. 22 LRF)	1.565.434.537,14	51,30%
Despesa Líquida com Pessoal	1.183.136.849,05	38,77%

*Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

Fonte: PST (Metodologia Audep)

O gráfico a seguir demonstra a evolução das Despesas com Pessoal:



Constata-se que as despesas com pessoal apuradas no 2º quadrimestre de 2025 estão abaixo do limite máximo e do limite prudencial estipulados no inciso III do art. 20 e art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizando **R\$ 1.183.136.849,05** que representam **38,77%** da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

...

2.3 Evolução da Dívida e Limites

Ao final do mês de Agosto, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do município apresentou um saldo de **R\$ - 685.873.383,77** sendo este total originário da dívida interna/externa.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em **-22,40%**. Ressalte-se que o limite legal estabelecido pela Resolução nº 40/01 do Senado Federal é de 1,20 vezes (ou 120%) da Receita Corrente Líquida ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento.

	Dez/2024	%	Abr/2025	%
RCL	2.924.606.934,32		3.062.321.960,16	
DCL	-493.417.127,72	-16,87	-685.873.383,77	-22,40
Comprometimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite Legal	3.509.528.321,18	120,00	3.674.786.352,19	120,00

Nota Explicativa 1: Quando a DCL é negativa significa que o município não acumula Dívida Consolidada Líquida.

Nota Explicativa 2: Dados consolidados exceto órgão de previdência e/ou fundo de previdência.

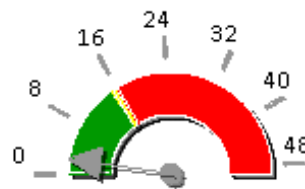
...

2.4 Operações de Crédito

Quanto as operações de crédito, o índice ficou devidamente ajustado ao limite de 16% sobre a RCL – Receita Corrente Líquida, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do Artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, conforme tabela abaixo.

Conforme apontado nos Relatórios de Controle Interno de 2024, houve aumento nas receitas de operação de crédito decorrentes de contratações previstas e autorizadas em lei, cujo andamento das licitações e contratos se deu ao longo do exercício. Em 2025, a receita com Operações de Crédito ainda é reflexo do andamento e execução dessas licitações.

Período	RCL	Operações de Crédito (Exceto ARO)	%	
08/2025	R\$ 3.062.321.960,16	R\$ 69.240.888,69	2,26 %	
Limite Legal		R\$ 489.971.513,63	16,00 %	



...

2.5 Análise do Artigo 167-A da CF

O Artigo 167-A da Constituição Federal determina que no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes do ente não pode superar 95% (noventa e cinco por cento). O quadro a seguir demonstra o percentual apurado ao final do 2º quadrimestre de 2025, apresentando regularidade até o encerramento do período.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 3.154.256.891,29
Despesa Corrente Liquidada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 2.530.632.293,00
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	80,23%

...

2.6 Análise dos Duodécimos

O repasse de Duodécimos é uma obrigação constitucional do Poder Executivo Municipal em realizar repasses mensais necessários para o funcionamento da Câmara de Vereadores, obedecendo-se aos limites do art. 29-A da Constituição Federal.

A base de cálculo do duodécimo é a soma da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos art.158 e 159 da CF efetivamente realizadas no exercício anterior e sobre este montante são aplicadas as alíquotas estabelecidas no art. 29-A, que podem variar de acordo com o número de habitantes do Município. No caso de Piracicaba, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 5% sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas.

As previsões iniciais das transferências financeiras (duodécimos) foram fixadas em **R\$ 62.700.000,00**, correspondente em **3,21%** da Receita Tributária Ampliada, estando, portanto, dentro do limite estipulado do Art. 29 – A, Inciso I da CF. Os repasses mensais até agosto de 2025 ficaram registrados em **R\$ 41.800.000,00**.

Indicadores	Valores	%
Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	1.955.996.334,74	
Limite Máximo Para Transf. de Duodécimos (art. 29-A CF)	97.799.816,74	5,00%
Transferências Financeiras Previstas	62.700.000,00	3,21%

Mês	Repassé	% Repasse Acumulado	Devolvido	% Devolução Mensal
Janeiro	5.225.000,00	8,33%	-	0,00%
Fevereiro	5.225.000,00	16,67%	100.139,71	0,16%
Março	5.225.000,00	25,00%	-	0,00%
Abril	5.225.000,00	33,33%	1.139.724,00	1,82%
Maio	5.225.000,00	41,67%	271.122,16	0,43%
Junho	5.225.000,00	50,00%	-	0,00%
Julho	5.225.000,00	58,33%	-	0,00%
Agosto	5.225.000,00	66,67%	-	0,00%
TOTAL	41.800.000,00	66,67%	1.510.985,87	2,41%

...

2.7 Aplicação dos Recursos em Saúde

Até o mês de Agosto, o Município aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de **R\$ 264.507.559,52** reais em ações e serviços públicos de saúde. Este valor representa **19,87%**, frente a arrecadação das receitas de impostos e transferências legais constitucionais que totalizaram **R\$ 1.331,4 milhões**.

A aplicação dos recursos encontra-se acima do percentual mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000 para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde pelos entes federativos, demonstrando o **cumprimento** do limite pelo Ente, conforme tabela 10.

Tabela 10 - Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Mês	Receita	Aplicação Mínima (15%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	190.325.640,51	28.548.846,08	142.779.588,48	75,02%	31.235.072,32	16,41%	30.904.881,56	16,24%
Fev	162.687.353,02	24.403.102,95	28.972.325,72	17,81%	35.114.994,56	21,58%	35.094.684,77	21,57%
Mar	218.175.607,40	32.726.341,11	26.904.218,56	12,33%	35.366.628,43	16,21%	35.207.364,56	16,14%
Abr	162.587.193,94	24.388.079,09	12.144.413,13	7,47%	21.750.760,41	13,38%	21.938.559,83	13,49%
Mai	157.478.447,25	23.621.767,09	12.392.904,36	7,87%	25.575.536,92	16,24%	20.952.442,61	13,30%
Jun	127.005.471,54	19.050.820,73	35.208.930,43	27,72%	44.762.466,66	35,24%	44.198.039,13	34,80%
Jul	165.279.250,78	24.791.887,62	30.371.021,99	18,38%	34.652.810,09	20,97%	34.791.655,07	21,05%
Ago	147.880.902,25	22.182.135,34	24.241.300,11	16,39%	36.049.290,13	24,38%	36.580.931,90	24,74%
Total	1.331.419.866,69	199.712.980,00	313.014.702,78	23,51%	264.507.559,52	19,87%	259.668.559,43	19,50%

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos dados apurados:

Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Saúde Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.331.419.866,69		
Despesa Empenhada	R\$ 313.014.702,78	23,51%	
Despesa Liquidada	R\$ 264.507.559,52	19,87%	
Despesa Paga	R\$ 259.668.559,43	19,50%	

...

2.8 Aplicação dos Recursos em Ensino

Até o mês de Agosto o Município **empenhou R\$ 304.447.613,77** na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa uma aplicação de **22,76%**, já a **despesa liquidada** somou **R\$ 267.375.426,77** representando **19,99%**.

Os dados apurados demonstram que até o encerramento do 2º quadrimestre as aplicações das despesas ficaram **abaixo do mínimo constitucional de 25%** estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, que devem ser aplicados até o final do exercício. Os dados apurados podem ser observados no quadro a seguir:

Mês	Receita	Aplicação Mínima (25%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	190.325.640,51	47.581.410,13	36.691.062,67	19,28%	32.225.893,74	16,93%	31.461.097,39	16,53%
Fev	162.687.353,02	40.671.838,26	51.937.170,85	31,92%	32.498.668,57	19,98%	32.247.309,66	19,82%
Mar	218.175.607,40	54.543.901,85	53.920.034,89	24,71%	34.814.589,17	15,96%	33.407.107,63	15,31%
Abr	162.587.193,94	40.646.798,49	36.506.391,52	22,45%	41.330.711,48	25,42%	42.703.324,37	26,26%
Mai	157.478.447,25	39.369.611,81	51.682.722,43	32,82%	32.522.352,35	20,65%	32.286.332,26	20,50%
Jun	127.005.471,54	31.751.367,89	25.185.412,03	19,83%	30.603.746,55	24,10%	29.355.107,24	23,11%
Jul	171.256.124,95	42.814.031,24	30.413.931,59	17,76%	35.426.803,26	20,69%	36.310.804,30	21,20%
Ago	147.880.902,25	36.970.225,56	21.783.641,63	14,73%	31.625.415,49	21,39%	31.705.090,93	21,44%
(=) Total Bruto	1.337.396.740,86	334.349.185,22	308.120.367,61	23,04%	271.048.180,61	20,27%	269.476.173,78	20,15%
(-) Ded. no período*	-	-	3.672.753,84	0,27%	3.672.753,84	0,27%	3.672.753,84	0,27%
(=) Total Líquido	1.337.396.740,86	334.349.185,22	304.447.613,77	22,76%	267.375.426,77	19,99%	265.803.419,94	19,87%

*As deduções no período referem-se aos valores de rendimentos e aplicações financeiras e ao valor do FUNDEB retido e não aplicado.

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Ensino Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.337.396.740,86		
Despesa Empenhada	R\$ 304.447.613,77	22,76	
Despesa Liquidada	R\$ 267.375.426,77	19,99	
Despesa Paga	R\$ 265.803.419,94	19,87%	

*Os valores apresentados referem-se às despesas líquidas.

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

RECOMENDAÇÃO:

No período apurado, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino ficaram abaixo do mínimo constitucional de 25% das receitas – tanto pela ótica das despesas empenhadas quanto das despesas liquidadas.

Considerando que a apuração do cumprimento do art 212 é realizada ao longo do exercício, é imprescindível que no próximo quadrimestre seja feito um acompanhamento e monitoramento mensal minucioso, levando em consideração os impactos da variação da receita arrecadada frente aos investimentos realizados na área do ensino.

Nesse sentido, alerta-se para que o Município fique atento para que o percentual mínimo seja liquidado e pago até o encerramento do exercício, monitorando sua aplicabilidade a fim de evitar contratempos no fechamento referente ao último mês do exercício, e garantir o cumprimento dos requisitos legais, afastando desse modo riscos que possam levar à reprovação de contas.

...

2.9 Aplicação dos Recursos no FUNDEB

Até agosto de 2025, o Município aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de R\$ 182.117.357,65 dos recursos do Fundeb, representando **94,57%** das receitas aferidas até o período que totalizaram R\$ R\$ 191.483.110,38. Este percentual está **favorável** no que concerne ao § 3º do Artigo 25 da Lei 14.113/2020, que determina que 90% dos recursos do FUNDEB devem ser utilizados no exercício financeiro em que forem creditados em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

Importante ressaltar que a partir de 2024, Piracicaba passou a receber complementação VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) em virtude do cumprimento das condicionalidades de melhoria de gestão, evolução dos indicadores de atendimento e melhoria de aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica. Em janeiro de 2025, o município recebeu **R\$ 1.089.196,88** oriundos da complementação VAAR, contudo não houve mais recebimentos da referida complementação no ano, ficando abaixo dos R\$ 9 milhões previstos para o exercício.

Com relação a remuneração dos Profissionais da Educação, considerando o critério das despesas liquidadas, o Município aplicou **R\$ 178.231.129,33** que corresponde a **93,08%** da receita (exceto VAAR), representando um percentual **favorável** cumprindo com os 70% previstos no inciso XI do art. 212-A da CF em consonância com o art. 26 da Lei 14.113/2020. O quadro a seguir apresenta uma síntese dos dados apurados:

Aplicação dos Recursos do FUNDEB	Valores Expressos em R\$	%	Aplicação Fundeb Mínima 90 % Despesa Liquidada
Receitas do FUNDEB	R\$ 192.572.307,26		
Receitas do FUNDEB (EXCETO VAAR)	R\$ 191.483.110,38		
Despesa Empenhada (100%)	R\$ 185.345.635,74	96,25	
Despesa Liquidada (100%)	R\$ 182.117.357,65	94,57	
Despesa Paga (100%)	R\$ 178.249.608,95	92,56	
Despesa Empenhada Profiss. da Educação (70%) (EXCETO VAAR)	R\$ 178.231.156,37	93,08	
Despesa Liquidada Profiss. da Educação (70%) (EXCETO VAAR)	R\$ 178.231.129,33	93,08	
Despesa Paga Profiss. da Educação (70%) (EXCETO VAAR)	R\$ 174.363.380,63	91,06	
Despesa Empenhada Outras e VAAR (30%)	R\$ 7.114.479,37	3,69	
Despesa Liquidada Outras e VAAR (30%)	R\$ 3.886.228,32	2,02 %	
Despesa Paga Outras e VAAR (30%)	R\$ 3.886.228,32	2,02 %	

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP

Com o intuito de acompanhar a regularidade do Município perante os requisitos fiscais, bem como verificar o cumprimento das entregas das obrigações legais, o Sistema de Controle Interno procedeu com a verificação da regularidade do CAUC, serviço que disponibiliza informações sobre a adimplência quanto à obrigações financeiras, prestação de contas de convênios, transparência, obrigações e cumprimento dos limites constitucionais e legais necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal e dados contábeis transmitidos a Secretaria do Tesouro Nacional.

O detalhamento dos itens observados, bem como a situação ao final do 2º quadrimestre de acordo com o CAUC estão demonstrados conforme segue:

Obrigações	Situação Final do Quadrimestre	Observação
Regularidade quanto a Tributos, Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	REGULAR	
Regularidade no pagamento de precatórios*	REGULAR	
Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	REGULAR	
Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	REGULAR	
Regularidade perante o Poder Público Federal (CADIN)	REGULAR	
SIAFI/Subsistema Transferências	REGULAR	
Transferegov	REGULAR	
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal	REGULAR	
Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal ao Siconfi	REGULAR	
Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO	REGULAR	
Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siconfi	REGULAR	
Encaminhamento do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siope	REGULAR	
Encaminhamento do Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siops	-	Item temporariamente desabilitado.
Encaminhamento das Contas Anuais	REGULAR	
Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis Mensal	REGULAR	
Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis de Encerramento	REGULAR	
Encaminhamento de Informações para o Cadastro da Dívida	REGULAR	

Pública – CDP	
Transparência da execução orçamentária e financeira*	REGULAR
Implementação do Siafic*	REGULAR
Exercício da Plena Competência Tributária	REGULAR
Regularidade Previdenciária	REGULAR
Aplicação Mínima de recursos em Educação	REGULAR
Aplicação Mínima de recursos em Saúde	REGULAR
Limite de Despesas com Parcerias Público-Privadas (PPP)	REGULAR
Limite de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita	REGULAR
Aplicação profissionais da educação*	REGULAR
Aplicação mínima complementação FUNDEB Despesas de Capital*	REGULAR
Aplicação mínima educação infantil*	REGULAR

(*) Novos itens que passaram a ser conferidos a partir de 17/02/2025. Até a última consulta realizada antes do fechamento deste relatório em 01/10/2025, a situação do município no CAUC estava regular.

O encaminhamento do Anexo 12 do RREO - SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde) está temporariamente desabilitado, em face a problemas relacionados à transmissão de dados ao SIOPS. Em 2024, o Ministério da Saúde comunicou que devido a necessidade de atualização do sistema, houve atraso na disponibilização da versão de transmissão de dados, que aos poucos vêm se normalizando.

Apesar do item estar desabilitado no CAUC, foi recomendado à Secretaria Municipal de Saúde que publicasse os dados bimestrais em Diário Oficial do município conforme datas estabelecidas para publicação do RREO. Ademais, em consulta ao sistema SIOPS, o município já realizou as entregas referentes à 2025.

Importante que o município se atente aos prazos estabelecidos para evitar o atraso recorrente nas entregas e transmissão de dados, especialmente considerando que o CAUC acrescentou itens relacionados a aplicação do FUNDEB e aplicação mínima em Educação Infantil que são extraídos e validados por meio do sistema SIOPE.

O Sistema de Controle Interno acompanhou ainda o cumprimento das obrigações estabelecidas no calendário AUDESP utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP por meio do Relatório Gerencial – Situação de Entrega.

Conforme o Relatório Gerencial disponibilizado, referente ao 2º quadrimestre, a Prefeitura cumpriu todas as entregas, não havendo nenhum documento pendente. No entanto, houve atraso no envio
Relatório de Controle Interno – 2º Quadrimestre de 2025

das seguintes documentações, que poderão ser sinalizadas também no Relatório das Contas Anuais do Município emitido pelo TCESP:

Documento	Data Referência	Prazo de Entrega	Entregue	No Prazo	Data Entrega
LDO-INICIAL-ATA-AUDIENCIA-ELABORACAO	1/2025	03/02/2025	Sim	Não	10/02/2025
Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	03/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	04/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	27/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	2/2025	31/03/2025	Sim	Não	11/04/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	2/2025	31/03/2025	Sim	Não	01/04/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	4/2025	02/06/2025	Sim	Não	31/07/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	6/2025	30/07/2025	Sim	Não	31/07/2025
Termo de consentimento de acesso a contas bancárias	12/2024	31/03/2025	Sim	Não	08/04/2025

RECOMENDAÇÃO:

É importante que todos os departamentos e secretarias responsáveis pelo envio de quaisquer documentações à AUDESP estejam atentos aos prazos estabelecidos, em atendimento à Instrução Normativa 01/2024 do TCESP, tendo em vista que sucessivos atrasos podem acarretar multas ao Chefe do Executivo, apontamentos no relatório de contas anuais e impacto na nota do IEG-M.

Recomendamos ainda, especial atenção quanto a busca de soluções, implantação de rotinas, procedimentos e outros que possam facilitar e agilizar a entrega dos documentos.

Ainda, o Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais – CAUC – acrescentou novos itens de verificação, cujo não cumprimento podem ocasionar sanções ao município, dentre os quais se encontra o impedimento à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal. Desse modo é imprescindível que a entrega das obrigações nos sistemas Siconfi, SIOPE e SIOPS ocorra sempre dentro do prazo correto.

...

2.11 Relatório de Alertas TCESP

O Visor – Visão Social de Relatórios de Alertas – é uma plataforma gráfica que tem o objetivo de facilitar o entendimento dos alertas emitidos pelo TCESP e classificar as prefeituras de acordo com a quantidade e a diversidade de alertas recebidos.

2.11.1 Alertas EMDHAP e IPPLAP

Conforme apontado no Relatório de Controle Interno do 1º Quadrimestre de 2025, informamos que o município teve problemas relacionados a consolidação dos dados em 2024, uma vez que o TCESP não havia excluído as entidades EMDHAP e IPPLAP (que tiveram suas atividades encerradas em 2022).

Informamos ainda, que a EMDHAP foi excluída do rol de fiscalizadas pelo Tribunal Pleno e que o IPPLAP foi desobrigado à entrega de documentos ao sistema AUDESP, não demandando mais acompanhamento por parte do Controle Interno. Contudo, reforçamos a solicitação para que estas entidades sejam excluídas plenamente do rol de fiscalizadas do TCESP e seja realizado o devido encerramento das obrigações de entrega de documentos em todos os sistemas da Corte, uma vez que ainda há eventuais cobranças para envio de documentos referentes ao exercício corrente dessas entidades. Sendo assim, reforçamos a recomendação para que a equipe de defesa das Contas da Prefeitura solicite a baixa do rol de fiscalizadas do TCESP junto ao Tribunal Pleno do órgão.

2.11.2 Alertas da Prefeitura de Piracicaba

O TCESP emite mensalmente Relatórios de Alertas que visam atentar o município quanto a situações desfavoráveis/irregulares relacionadas à Gestão Municipal.

Entre os meses de maio a agosto foram emitidos os seguintes alertas direcionados à Prefeitura de Piracicaba, com os assuntos abaixo relacionados:

Assunto de Fiscalização	Descrição	Período
ENSINO	AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada	05/2025; 06/2025; 07/2025 e 08/2025
ENSINO	AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB	05/2025
LRF	GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)	05/2025; 06/2025; 07/2025 e 08/2025

LRF	GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO	06/2025 e 08/2025
-----	---	-------------------

Ressaltamos que os alertas emitidos pelo TCESP servem como direcionamento para que o município se atente e ajuste suas contas ao longo do exercício.

2.11.2.1 AE03 – Aplicação de Recursos próprios em Ensino

O TCESP alerta que “com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF”. Tópico abordado no item 2.8 deste relatório.

2.11.2.2 AE05 – Aplicação de Recursos do FUNDEB

O TCESP alerta que “O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 25, §3º da Lei 14.113/20”. Tópico abordado no item 2.9 do presente relatório.

2.11.2.4 GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Quanto ao item GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária), o TCESP alerta “Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/00.”

Segundo o Relatório de Instrução referente à Agosto, a Receita Realizada acumulada considerando os dados consolidados do município estão abaixo do previsto R\$ 12 milhões de reais.

Previsão acumulada	R\$ 2.297.883.494,40	
Realização acumulada	R\$ 2.285.855.771,57	
Variação	R\$ -12.027.722,83	-0,5234%

Conforme apontado no item 1.2 deste Relatório, as Receitas Arrecadadas da Prefeitura ficaram ligeiramente acima do previsto para o período em 0,80%. No entanto, ao considerar os dados consolidados, as Receitas Realizadas do município estão -0,52% abaixo do previsto.

Em que pese a frustração de algumas receitas que ficaram abaixo do esperado como ISS, Tarifas e Serviços de Saneamento (Água e Esgoto) e Fundeb (principal e VAAR), por exemplo, outras Receitas Correntes ficaram acima do previsto, como ICMS; Transferências Federais e Estaduais para a Saúde, e Remunerações de Aplicações Financeiras, resultando em um certo equilíbrio nas contas.

O principal fator que influenciou a variação negativa nas receitas previstas foram as “Receitas de Capital” cujo valor previsto para o exercício não se concretizou.

2.11.2.5 GF20 - Análise do Resultado Primário

Quanto ao item GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO, o TCESP aponta que *“Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.”*

O resultado primário previsto na LOA atualizada (R\$ -402.591.156,08) está inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO (R\$ 100.825.600,00), pois a Receita Prevista não é atualizada ao longo do exercício no AUDESP. Ressalta-se que o Resultado Primário realizado no período de janeiro a agosto foi superavitário em R\$ 261.469.022,48.

RECOMENDAÇÃO:

É importante que para os próximos exercícios, o Município estude os mecanismos possíveis para estruturar a receita de modo a informar também a Receita Atualizada ao longo do exercício.

2.12 Fiscalizações Ordenadas TCESP

No período de maio a agosto, o TCESP realizou duas Fiscalizações Ordenadas no município:

2.12.1 – Fiscalização Ordenada: Praias e Rios

No dia 19/05/2025 o Tribunal de Contas de São Paulo realizou a *I Fiscalização Ordenada 2025 - Praias e Rios: Balneabilidade, Poluição e Relação com o Saneamento Básico* que teve como escopo principal observar as questões gerais relativas ao saneamento municipal e ao planejamento urbano e exibir as condições locais em vários pontos de rios que permeiam os municípios.

Local fiscalizado: RIO PIRACICABA (RAMPA DO LARGO DOS PESCADORES)

Em que pese, a maior parte dos apontamentos se refiram às competências do Serviço Municipal de Água e Esgoto, há apontamentos relacionados à Secretarias Municipais que precisam articular ações para verificar e sanar os apontamentos realizados.

2.12.2 – Fiscalização Ordenada nos Teatros e Ginásios Esportivos

No dia 30/06/2025 o Tribunal de Contas de São Paulo realizou a *II Fiscalização Ordenada 2025 nos Teatros e Ginásios Esportivos* dos municípios paulistas. Na cidade de Piracicaba, segundo o Relatório da II Fiscalização Ordenada – Gestão de Teatros e Ginásios Esportivos, dois teatros foram fiscalizados, a saber:

- PIRACICABA - TEATRO MUNICIPAL EROTIDES DE CAMPOS
- PIRACICABA - TEATRO MUNICIPAL DOUTOR LOSSO NETTO

O TCESP disponibilizou o Relatório de Fiscalização de ambos teatros, que possibilita a verificação de todos os quesitos avaliados e os apontamentos realizados na fiscalização, os quais apresentamos resumidamente no presente relatório.

Principais apontamentos relativos ao Teatro Municipal Erotides de Campos:

Quesit o	Verificações da Fiscalização – TEATRO MUNICIPAL EROTIDES DE CAMPOS
6	O Teatro NÃO possui alvará de funcionamento atualizado.
7	NÃO existe regulamento interno ou manual de funcionamento do Teatro.
13	O Teatro NÃO realiza pesquisa de satisfação com o público.
15	O Teatro NÃO possui seguro patrimonial
23	Em relação à(s) INSTALAÇÃO(ões):

	- Os sanitários apresentam inadequações (quantidade insuficiente, falta de água, falta de sabão para higienização das mãos, vasos sanitários faltantes/quebrados, falta de tampa nos vasos sanitários, torneiras faltantes/quebradas ou outras) - Ausência de tampa em vaso sanitário e pisos quebrados.
25.1	O estacionamento NÃO possui vagas destinadas a pessoas com deficiência, gestantes, idosos.
27	Em relação às exigências de ACESSIBILIDADE: NÃO possui sinalização visual, tátil e/ou sonoras nos elevadores, placas e indicações, bem como sinalização em braille das fileiras e dos assentos, para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual
30	O Teatro NÃO possui site ou aplicativo

Principais apontamentos relativos ao Teatro Municipal Doutor Losso Netto:

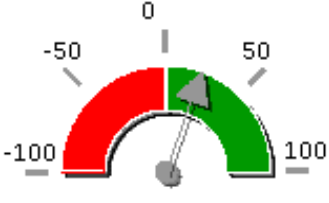
Quesit o	Verificações da Fiscalização – TEATRO MUNICIPAL DR. LOSSO NETTO
6	O Teatro NÃO possui alvará de funcionamento atualizado.
7	NÃO existe regulamento interno ou manual de funcionamento do Teatro.
13	O Teatro NÃO realiza pesquisa de satisfação com o público.
15	O Teatro NÃO possui seguro patrimonial
17	O Teatro NÃO possui saídas de emergência Observação: A Porta de saída do teatro é antiga, não possuindo dispositivo (tipo contra pânico) que facilite a abertura.
20	O Teatro NÃO possui extintores dentro do prazo de validade e em local de fácil acesso. Observação: A Porta de saída do teatro é antiga, não possuindo dispositivo (tipo contra pânico) que facilite a abertura.
23	Em relação à(s) INSTALAÇÃO(ões): - O(s) camarim(ns) apresenta(m) inadequações (ventilação insuficiente, umidade, falhas nas instalações elétricas, más condições de limpeza e higiene do ambiente ou outras) - A coxia (espaço localizado nas laterais do palco, que serve como área de apoio para atores, técnicos e movimentação de cenários) apresenta inadequações (obstruções, fiação exposta, outros problemas que comprometem a segurança e a circulação) - Os sanitários apresentam inadequações (quantidade insuficiente, falta de água,

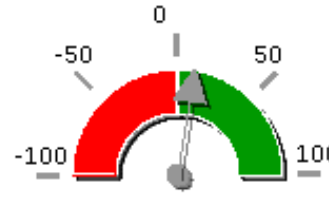
	falta de sabão para higienização das mãos, vasos sanitários faltantes/quebrados, falta de tampa nos vasos sanitários, torneiras faltantes/quebradas ou outras) - As áreas de circulação (corredores, escadas, foyer/saguão etc.) apresentam inadequações (desgaste, sinalização precária, trincas/fissuras no piso e paredes, obstruções que atrapalham o fluxo dos visitantes, más condições de limpeza e higiene ou outras) - O urdimento (estrutura localizada na parte superior do palco utilizada para fixação de dispositivos cenográficos) apresenta inadequações (estrutura comprometida, má fixação ou outras) - As demais áreas do Teatro (como bilheteria, áreas técnicas ou administrativas) apresentam inadequações (falhas de conservação ou manutenção em geral) Observações: - Fiação exposta na coxia; áreas de circulação sem sistema de iluminação no chão; parede desgastada nos camarins, falta de linha de vida no urdimento; trinca no sanitário masculino e feminino. - Problemas estruturais na laje do Hall de entrada, incluindo infiltrações. - Houve relatos de problemas com a instalação hidráulica que não funciona adequadamente em todo o prédio. Necessidade de manutenção em encanamentos. - A sala 2 está desativada (interditada) pois possui risco de alagamentos. - A sala de cinema também está interditada devido a problemas com alagamentos
24	O Teatro NÃO possui sistema de climatização (ar-condicionado e/ou controle de umidade) Observação: Um dos dispositivos de ar condicionado não está funcionando. Hall de acesso não possui ar condicionado. Houve relato de que não há manutenção nos dispositivos instalados. Falta de troca dos filtros de ar condicionado e vazamentos.
25.1	O estacionamento NÃO possui vagas destinadas a pessoas com deficiência, gestantes, idosos. Observação: não há vagas para idosos.
27	Em relação às exigências de ACESSIBILIDADE: NÃO possui sinalização visual, tátil e/ou sonoras nos elevadores, placas e indicações, bem como sinalização em braile das fileiras e dos assentos, para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual Observação: Ausência de sinalização tátil
29	O Teatro NÃO possui um sistema de bilheteria informatizado que permite a emissão de ingressos com controle de numeração Observação: Não há sistema próprio do teatro. O Teatro utiliza o sistema das

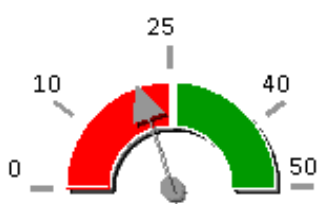
	produções que utilizam o estabelecimento.
30	O Teatro NÃO possui site ou aplicativo
31	O Teatro NÃO possui sistema de gestão de resíduos (lixo, reciclagem)
D.2	Outras observações dignas de nota: Havia 2 espaços interditados no teatro (sala de cinema e sala 2) devido a problemas com alagamentos que já ocorreram. Tais locais não estão sendo utilizados para apresentações e pelo público.

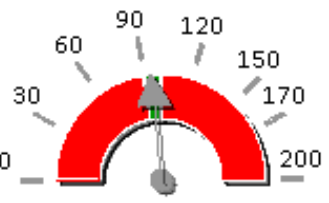
As íntegras dos Relatórios de Fiscalização de cada um dos teatros também foram encaminhadas à Secretaria Municipal de Cultura para verificação das informações, recomendações e para providências necessárias para regularização dos teatros.

3. Resumo dos principais indicadores

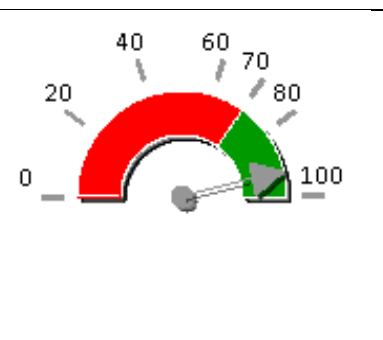
Resultado Orçamentário	Valores Expressos em R\$	%	Despesa liquidada 
Receita Arrecadada	R\$ 1.897.200.741,03		
Despesa Empenhada	R\$ 1.885.367.992,89		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 11.832.748,14	% 0,62	
Despesa Liquidada	R\$ 1.478.199.145,42		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 419.001.595,61	% 22,09	
Despesa Paga	R\$ 1.455.547.036,21		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 441.653.704,82	% 23,28	

Resultado Financeiro	Valores Expressos em R\$	%	Resultado Financeiro 
Ativo Circulante Financeiro	R\$ 780.089.897,17		
Passivo Circulante Financeiro	R\$ 70.054.145,92		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 710.035.751,25	% 11,14	

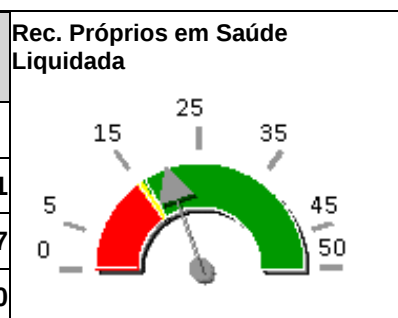
Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Ensino Despesa Liquidada 
Receita Arrecadada	R\$ 1.337.396.740,86		
Despesa Empenhada	R\$ 304.447.613,77	% 22,76	
Despesa Liquidada	R\$ 267.375.426,77	% 19,99	
Despesa Paga	R\$ 265.803.419,94	% 19,87	

Aplicação dos Recursos do FUNDEB	Valores Expressos em R\$	%	Aplicação Fundeb Mínima 90% Despesa Liquidada 
Receitas do FUNDEB	R\$ 192.572.307,26		
Receitas do FUNDEB (EXCETO VAAR)	R\$ 191.483.110,38		
Despesa Empenhada (100%)	R\$ 185.345.635,74	96,25%	
Despesa Liquidada (100%)	R\$ 182.117.357,65	94,57%	
Despesa Paga (100%)	R\$ 178.249.608,95	92,56%	
Despesa Empenhada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 178.231.156,37	93,08%	
			Profissionais da Educação 70% Despesa Liquidada

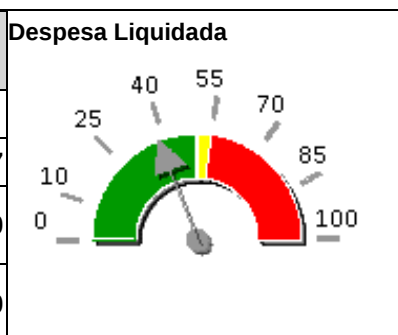
Despesa Liquidada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 178.231.129,33	93,08%
Despesa Paga Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 174.363.380,63	91,06%
Despesa Empenhada Outras e VAAR (30%)	R\$ 7.114.479,37	3,69%
Despesa Liquidada Outras e VAAR (30%)	R\$ 3.886.228,32	2,02%
Despesa Paga Outras e VAAR (30%)	R\$ 3.886.228,32	2,02%



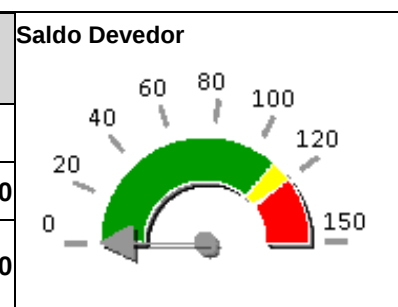
Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde	Valores Expressos em R\$	%
Receita Arrecadada	R\$ 1.331.419.866,69	
Despesa Empenhada	R\$ 313.014.702,78	% 23,51
Despesa Liquidada	R\$ 264.507.559,52	% 19,87
Despesa Paga	R\$ 259.668.559,43	% 19,50



Despesas Totais com Pessoal	Valores Expressos em R\$	%
Receita Corrente Líquida	R\$ 3.051.529.312,16	
Montante	R\$ 1.183.136.849,05	% 38,77
Limite Máximo 54,00% (art. 20 LRF)	R\$ 1.647.825.828,57	% 54,00
Limite Prudencial 95% do limite de 54,00% (par. único art 22 LRF)	R\$ 1.565.434.537,14	% 51,30



Dívida Consolidada Líquida	Valores Expressos em R\$	%
Receita Corrente Líquida	R\$ 3.062.321.960,16	
Saldo Devedor	R\$ -685.873.383,77	% -22,40
Limite Legal (art. 3º e 4º Res. 40 Senado)	R\$ 3.674.786.352,19	% 120,00



4. Resumo dos Principais Pontos de Atenção e Recomendações

Findada as análises realizadas pelo Sistema de Controle Interno - SCI, remanesçam os pontos elencados a seguir, que a nosso ver carecem de apreciação e providências.

1.2.1 Receita de Dívida Ativa:

Considerando toda a arrecadação de Receita de Dívida Ativa até agosto, houve uma queda no valor arrecadado em relação ao ano anterior e em relação ao valor previsto para o ano, cujo percentual de recebimento foi de 1,07% no período, que corrobora com os constantes apontamentos dos Relatórios de Contas Anuais do TCESP a respeito de “*Possível falta de planejamento e medidas efetivas de cobrança da Dívida Ativa Municipal*”. Contudo, observa-se um aumento dos valores arrecadados nos meses de julho e agosto. Tal aumento pode ser reflexo das mudanças administrativas instituídas em 2024.

Importante que o município monitore os valores arrecadados a fim de avaliar o reflexo das medidas implementadas, além de avaliar outras possíveis alternativas para gerar aumento no percentual de recebimento.

2.8 – Aplicação dos recursos em Ensino:

No período apurado, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino ficaram abaixo do mínimo constitucional de 25% das receitas – tanto pela ótica das despesas empenhadas quanto das despesas liquidadas.

Considerando que a apuração do cumprimento do art 212 é realizada ao longo do exercício, é imprescindível que no próximo quadrimestre seja feito um acompanhamento e monitoramento mensal minucioso, levando em consideração os impactos da variação da receita arrecadada frente aos investimentos realizados na área do ensino.

Nesse sentido, alerta-se para que o Município fique atento para que o percentual mínimo seja liquidado e pago até o encerramento do exercício, monitorando sua aplicabilidade a fim de evitar contratempos no fechamento referente ao último mês do exercício, e garantir o cumprimento dos requisitos legais, afastando desse modo riscos que possam levar à reprovação de contas.

2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP

É importante que todos os departamentos e secretarias responsáveis pelo envio de quaisquer documentações à AUDESP estejam atentos aos prazos estabelecidos, em atendimento à Instrução Normativa 01/2024 do TCESP, tendo em vista que sucessivos atrasos podem acarretar multas ao Chefe do Executivo, além de sanções ao Município, apontamentos no relatório de contas anuais e impacto na nota do IEG-M. Desse modo é imprescindível que a entrega das obrigações nos sistemas Siconfi, SIOPE e SIOPS ocorra sempre dentro do prazo correto.

Adicionalmente, recomendamos especial atenção quanto a busca de soluções, implantação de rotinas, procedimentos e outros que possam facilitar e agilizar a entrega de documentos.

2.11.2 Alertas Tribunal de Contas direcionados a Prefeitura de Piracicaba - 2.11.2.5 GF20 - Análise do Resultado Primário

É importante que para os próximos exercícios, o Município estude os mecanismos possíveis para estruturar a receita de modo a informar no AUDESP também a Receita Atualizada ao longo do exercício, a fim de evitar distorções no Resultado Primário.

2.12 Fiscalizações Ordenadas

No período de maio a agosto, o TCESP realizou duas fiscalizações ordenadas no município, relacionadas à Praias e Rios (Saneamento Básico) – que fiscalizou o Rio Piracicaba e aos Teatros Municipais: Dr Losso Netto e Erotides de Campos. Recomendamos que as Secretarias responsáveis verifiquem os apontamentos realizados pelo TCESP com o objetivo de traçar ações para sanar os mesmos.

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno, em consonância com a legislação, apresenta este Relatório de Controle Interno com o acompanhamento da Gestão Fiscal, cumprindo a atribuição de proporcionar o diagnóstico da situação orçamentário-financeira do exercício de 2025 após o encerramento do 2º quadrimestre.

Neste relatório foi apresentada a Análise e Conformidade do município, na qual consta o acompanhamento do cumprimento das exigibilidades emanadas pela Lei Fiscal e Constitucional, e monitoramento concernente à transparência e ao acompanhamento da execução do orçamento.

Por fim, submetemos este Relatório de Controle Interno ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal para ciência e deliberações que entender necessárias. Posteriormente, o presente relatório deve ficar à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Candida Fernanda Sampaio Mattos

Mariana Aparecida Baptistini
Equipe de Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

Thainy Karolini dos Santos
Coordenadora do Sistema de Controle Interno

De acordo,

Karla Lovato Pelizzaro
Secretária Municipal de Finanças

Ciente,

Hélio Donizete Zanatta
Prefeito do Município

Realização:
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
COORDENADORIA
Secretaria Municipal de Finanças



Assinaturas do documento

"Relatório de Controle Interno - 2º Quadrimestre 2025"



Código para verificação: **1YS4D7FG**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **HELIO DONIZETE ZANATTA** (CPF: ***.954.388-**) em 21/05/2026 às 14:59:46 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 16/07/2025 - 10:21:37 e válido até 16/07/2028 - 10:21:37.
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **CANDIDA FERNANDA SAMPAIO MATTOS** (CPF: ***.361.718-**) em 13/02/2026 às 16:38:09 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 28/07/2025 - 11:47:32 e válido até 28/07/2028 - 11:47:32.
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **KARLA LOVATO PELIZZARO** (CPF: ***.608.428-**) em 28/01/2026 às 13:17:32 (GMT-03:00)
Emitido por "AC SINCOR RFB G5", emitido em 22/05/2024 - 16:29:56 e válido até 22/05/2027 - 16:29:56.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **THAINY KAROLINI DOS SANTOS** (CPF: ***.758.778-**) em 28/01/2026 às 09:02:17 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 16/07/2025 - 10:06:31 e válido até 16/07/2028 - 10:06:31.
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **MARIANA APARECIDA BAPTISTINI** (CPF: ***.795.578-**) em 28/01/2026 às 08:53:51 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 26/08/2025 - 08:07:06 e válido até 26/08/2028 - 08:07:06.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMP 2025/087681**

e o código **1YS4D7FG** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.